

Educação e quilombo: delineamento dos estudos brasileiros

Suely Dulce de Castilho
Francisca Edilza Barbosa de Andrade Carvalho

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar os resultados de uma revisão sistemática que procurou conhecer o fluxo de estudos - teses e dissertações - sobre educação no quilombo, elaborados no Brasil entre 1995/2014; delinea também as temáticas mais abordadas e os principais resultados alcançados. A revisão sistemática, metodologicamente, permitiu traçar um panorama sobre a produção científica de interesse, traçando seu fluxo e progressão. Os resultados revelam um crescimento significativo de produções acadêmicas elaboradas nas comunidades quilombolas, a partir de 2005; no entanto, a quantidade de pesquisa ainda é pouco expressiva, frente à quantidade de quilombos e escolas quilombolas existentes no Brasil. Os temas mais abordados são cultura e identidade na interrelação com a escola.

Palavras-chave: Educação. Quilombo. Revisão sistemática.

Education and quilombo: delineation of Brazilian Studies

Abstract: The purpose of this article is to demonstrate the results of a Systematic Review that sought to examine the flow of studies - theses and dissertations - on education in the quilombos, developed in Brazil between 1995/2014; it also sought to outline the most addressed themes and the main results achieved. The systematic review methodologically allowed to outline an overview of the scientific production of interest, delineating its flow and progression. The results reveal a significant increase of academic productions made by the Quilombola Communities, from 2005, however, the volume of research is still not very significant due to the number of quilombos and existing quilombola schools in Brazil. The most discussed themes are culture and identity in the interrelation with the school.

Keywords: Education. Quilombo. Systematic review.

1 Introdução

Após séculos de esquecimento, muito há para se aprender sobre as comunidades quilombolas no Brasil. O silenciamento sobre a existência e a história desses territórios e dessa gente começa a ser quebrado, a partir da pressão dos movimentos sociais negros, pela aprovação do artigo 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios Federal, de 1988 (BRASIL, 1988), que assim estatui: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Tal dispositivo legal tanto potencializou a luta dos quilombolas em torno da reocupação e posse de suas terras ancestrais como também assumiu uma conotação mais ampla, compreendendo aspectos étnicos, históricos, antropológicos e culturais. Os efeitos crescentes desse movimento fomentou, em diversos contextos acadêmicos, a partir de 1990, o início de estudos e pesquisas antropológicas, históricas, sociológicas e jurídicas em torno da indagação: quem são os *Remanescentes de Quilombo* que teriam direito às terras de que trata o artigo 68? (CASTILHO, 2011).

Os primeiros estudos sobre comunidades quilombolas, aqui mencionados, referem-se aos quilombos contemporâneos, diferentemente dos tradicionais, formados no período escravocrata, por meio de fuga do escravizado. Os quilombos contemporâneos, em termos de território, têm origens diversas: ocupação de terra devoluta; por herança, por ocupação simples, por doação, por compra, entre outras. Podem estar situados em regiões rurais, ou entre a fronteira urbana/rural ou urbana. Quanto à paisagem humana e social, são multiculturais e multirraciais. Possuem, porém, diacríticos demarcadores de suas identidades, tais como trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, pertença à ancestralidade negra de resistência à escravização.

É imprescindível um novo olhar sobre a inserção social, política e educacional das pessoas que habitam esses territórios, considerando-os como fazedores do conhecimento e possuidores de histórias e práticas culturais próprias, mas, também, como sujeitos de direitos. Dentre os direitos, a luta pela educação ganha destaque na lista dos desejos quilombolas, por ainda ser considerada para muitos o único meio de ascensão social, de conquista de reconhecimento pessoal, e de apropriação de credenciais para o usufruto de uma cidadania plena.

No entanto, para que a escola cumpra o seu papel na construção e partilha de

conhecimentos e possa corresponder às expectativas das comunidades quilombolas, é necessário que ela, de um lado, reafirme, em sua prática, os valores histórico-culturais e identitários dos estudantes, a partir do lugar que ocupam, para, assim, construir com eles um ensino/aprendizagem democrático, inclusivo, antirracista e emancipatório, que os prepare para participar, igualmente, na sociedade e, de outro lado, possam promover transformações na sua própria comunidade.

Nesse sentido, este estudo é um esforço de compreender como se vem delineando os estudos acadêmicos que se preocupam com a Educação nos quilombos. Tem como principal objetivo apresentar os resultados de uma revisão sistemática integrativa, que procurou fazer um traçado panorâmico sobre os estudos que envolvem a temática educação e quilombo, delineando o fluxo de pesquisas (teses e dissertações), elaborados sobre as comunidades quilombolas no Brasil entre 1995/2014. Objetiva também conhecer os principais subtemas abordados pelos estudos e os principais resultados alcançados.

Em termos de organização textual, este artigo está dividido em cinco partes: a introdução, que apresenta os objetivos e o problema de estudo; a segunda parte, que define a revisão sistemática e descreve os procedimentos da pesquisa; a terceira trata da educação quilombola no contexto das políticas públicas e das estatísticas reveladoras do universo de quilombos e instituições educativas; a quarta apresenta os resultados da revisão e as discussões analíticas. Na quinta e última parte são feitas as considerações finais a respeito do que foi tratado no texto como um todo.

2 Considerações metodológicas

De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão bibliográfica sistemática é uma revisão planejada para responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos incluídos na revisão. Os trabalhos de revisão bibliográfica sistemática são considerados como originais, pois, além de utilizarem, como fonte, dados da literatura sobre determinado tema, são elaborados com rigor metodológico.

Os autores apontam quatro tipos de métodos utilizados para a elaboração de uma revisão bibliográfica sistemática: meta-análise, revisão sistemática, revisão qualitativa e revisão

integrativa. Nesta revisão, optamos pelo método da revisão integrativa por “permitir a obtenção de informações que possibilitem aos leitores a avaliarem a pertinência dos procedimentos empregados na sua elaboração” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2001, p. 133).

A revisão integrativa é assim denominada porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema. Possibilita ao pesquisador aproximar-se da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre a sua produção científica e permitindo articular a temática do estudo com a cadeia de conhecimentos academicamente produzidos. Sua finalidade é desvelar linhas, ou marcas significativas do percurso, conhecendo a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, encontrar possibilidades para futuras oportunidades de pesquisas (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Os procedimentos metodológicos da revisão integrativa consistem numa sucessão de etapas: 1ª etapa – identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2ª etapa – estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão para seleção; 3ª etapa – identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4ª etapa – categorização dos estudos selecionados; 5ª etapa – análise e interpretação dos resultados; 6ª etapa – apresentação da revisão em forma de síntese do conhecimento (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

O início deste trabalho foi demarcado com a formulação da questão, utilizada como fio condutor da revisão. Qual o fluxo dos estudos (teses e dissertações) sobre educação e quilombo, elaborados sobre comunidades quilombolas do Brasil entre 1995/2014? Em um segundo momento, outras perguntas foram suscitadas: Quais foram os principais temas abordados? Quais os principais resultados alcançados por essas pesquisas?

Na sequência, foram eleitos descritores em língua portuguesa, capazes de localizar e recuperar os trabalhos que tratassem da temática de interesse, quais sejam: “Educação e Quilombo”, “Educação Escolar Quilombola”; “Educação Quilombola”; “Educação do Campo e Quilombo”, “Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola”.

Após a escolha dos descritores, foram realizadas as buscas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Plataforma Sucupira; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Biblioteca Digital da UNICAMP; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP; Biblioteca Nacional Digital; Biblioteca Virtual de Educação – BVE; Domínio Público; Portal de Periódicos da Capes; Portal de acesso livre da CAPES e no portal da SCIELO Brasil – Scientific Electronic Library Online.

Foram localizadas 136 pesquisas, sendo 110 dissertações e 26 teses, que organizamos em um banco de dados digital. As informações foram sistematizadas em uma planilha contendo: Data de publicação, tipo de documento: tese ou dissertação, nome do pesquisador, estado, instituição, comunidade pesquisada, resumo e palavras-chave. Dentre este universo, selecionamos, para esta revisão, 32 pesquisas que abordam a educação escolar básica em escolas localizadas em territórios quilombolas, com o objetivo de compreender os principais temas abordados e quais os principais resultados alcançados.

3 Educação escolar no quilombo e seus contextos

A educação realizada nas comunidades quilombolas passou por um longo período de esquecimento, diluída nas políticas da Educação Rural, sem nenhuma política pública e ou pedagógica que considerasse a sua especificidade. O ano de 2003 foi especialmente importante para a educação das relações étnico-raciais, no geral, e particularmente para a educação quilombola. A promulgação de legislações, tais como: a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar e outras medidas, desencadeou ações, como a publicação do Decreto Nº. 4.887 (BRASIL, 2003), que regulamentou os procedimentos para titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, em 2003; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR, em 2003; a publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; o lançamento do Programa Brasil Quilombola, desenvolvido pela SEPPPIR, em dezembro de 2004; a institucionalização da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, em 2004, na qual a Educação Escolar Quilombola encontra um lugar institucional de discussão.

Ainda em 2004, o Censo Escolar realizado pelo INEP, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, passou a incluir um item de diferenciação e identificação das escolas, número de alunos e professores localizados em territórios de quilombos, em suas estatísticas. Este evento trouxe ao conhecimento da sociedade brasileira uma quantidade expressiva de escola e atores sociais atuantes nesses territórios, que, até então, era desconhecida.

É importante considerar que essas ações desencadeadas pelo Governo não surgiram por acaso, mas foram motivadas pelas mobilizações dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro e para o movimento quilombola, como a consolidação das lutas que travam há quase um século, por todos os direitos a eles negados, dentre eles à educação.

Assim, nas últimas décadas, tiveram papel decisivo na formulação de políticas públicas, por meio de representação nas mobilizações tais como: da Marcha Zumbi + 10: Pela Cidadania e a Vida, em 2005; na realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR), realizada pela SEPPIR, em 2005, na IIª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (II CONAPIR, 2005), eventos estes que serviram de espaço de denúncia e de proposições.

O resultado de tais mobilizações fez com que, nas últimas duas décadas, se delineasse um movimento de discussões sobre mudanças no modelo de ensino para as escolas das comunidades quilombolas. O argumento fundamental é que a educação escolar lance um olhar a favor dessa parcela da população que ficou à margem dos processos educacionais capitalistas, de modo que contemple as histórias e as culturas locais e as demais necessidades dos alunos e da comunidade em suas especificidades.

Dessa maneira, os movimentos negros e quilombolas fomentaram lembrança aos esquecimentos e tornaram audíveis os silenciamentos, aos que as comunidades quilombolas foram submetidas, provocando a implantação de legislações educacionais específicas que atendessem às suas necessidades. A publicação da Resolução nº 08/2012 pode ser considerada a culminância desse processo, pois a mesma institui que a Educação Escolar Quilombola passe a constar como uma modalidade de ensino.

De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, atualizados em 27/07/2015 (Tabela 2), existem 2.206 comunidades quilombolas certificadas no território brasileiro, e apenas em Brasília, Acre e Roraima, não há registro de existência de quilombos. Os estados com maior número dessas comunidades são: Bahia, com 653; Maranhão, com 582; Pará, com 233; e Minas Gerais, com 231. Outros números, por estado, podem ser observados na tabela que se segue:

Tabela 1 - Quadro geral de comunidades quilombolas - informações atualizadas em 2/07/2015

Nº	UF	CQs (Certidões)	Nº CQs (Comunidades)
	Acre	0	0
	Alagoas	67	68
	Amazonas	7	7
	Amapá	34	34
	Bahia	544	653
	Ceará	45	46
	Distrito Federal	0	0
	Espírito Santo	31	36
	Goiás	30	30
	Maranhão	414	582
	Minas Gerais	193	231
	Mato Grosso do Sul	22	22
	Mato Grosso	68	70
	Pará	178	233
	Paraíba	35	37
	Pernambuco	138	137
	Piauí	177	182
	Paraná	35	37
	Rio de Janeiro	32	32
	Rio Grande do Norte	22	22
	Rondônia	7	7
	Roraima	0	0
	Rio Grande do Sul	106	108
	Santa Catarina	13	13
	Sergipe	29	29
	São Paulo	48	52
	Tocantins	31	38
27.	Total	2194	2606

Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2015. Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>. Acesso em: 11 ago. 2015.

É importante destacar que ainda não há um número definitivo de comunidades quilombolas no Brasil. De acordo com o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola “o número de comunidades quilombolas no Brasil é elevado, mas ainda não existe levantamento extensivo” (Brasil, 2012, p. 8). Algumas ainda aguardam a certidão de reconhecimento, enquanto outras ainda estão em processo de solicitação.

No que diz respeito ao número de escolas, de acordo com o Censo Escolar de 2014¹, existem no Brasil 2.422 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Desse total,

¹ As informações disponíveis para consulta correspondem aos dados finais do Censo Escolar 2014, publicados no Diário Oficial da União no dia 09 de janeiro de 2015.

2.408 são públicas e 14 privadas. Das privadas, seis são rurais e oito são urbanas. Das públicas, uma é federal, 118 são estaduais e 2.289 são municipais (BRASIL, 2014).

O número de estudantes matriculados nessas escolas cresce a cada censo. No ano de 2013, estavam matriculados na Educação Básica 227.430 estudantes; destes, 32.650 estavam matriculados na Educação Infantil, 155.860 no ensino fundamental e 13.492 estavam matriculados no Ensino Médio. (BRASIL, INEP, 2014), como se pode conferir na tabela 2 seguinte:

Tabela 2 - Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos

Ano	Matrículas de Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino								
	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Regular				Ed. Profissional (Concomitante e Subsequente)	Ed. de Jovens e Adultos (Presencial e Semi Presencial)	Educação Especial
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio			
2007	151.782	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	48	18.914	115
2008	196.866	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	749	24.977	102
2009	200.579	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	534	26.055	63
2010	210.485	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	55	25.052	134
2011	214.502	29.164	148.982	92.110	56.872	11.036	634	24.669	17
2012	212.987	29.640	149.336	90.876	58.460	12.262	127	21.588	34
2013	227.430	32.650	155.860	95.074	60.786	13.492	124	25.282	22
Δ% 2012/2013	6,8	10,2	4,4	4,6	4,0	10,0	-2,4	17,1	-35,3

Fonte: BRASIL, INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2013. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

Como se pode perceber, o número de comunidades, bem como de escolas, e de matrículas existentes em territórios quilombolas é significativo. Não é possível ignorar a representatividade dessa população no cenário educacional brasileiro. E, muito menos, continuar negando-lhes o direito a uma educação que seja adequada aos seus contextos e às suas necessidades sociais e formativas e com a qualidade que todo cidadão merece.

4 Resultado da revisão sistemática integrativa

A revisão sistemática permitiu a localização de 136 pesquisas, sendo 110 dissertações e 26 teses, dentro do recorte escolhido, ou seja, educação e quilombo. É importante observar que, em 1995, marco inicial para esta pesquisa, não foi encontrado nenhum registro de trabalhos

acadêmicos sobre o tema. O primeiro estudo encontrado data de 1996, realizado no estado do Pernambuco. Os anos de 1998, 1999 e 2002 foram suprimidos da tabela 3 em razão de que não foi encontrada nenhuma pesquisa concluída, nesses anos. A evolução dos estudos, por ano e região, pode ser conferida na tabela a seguir:

Tabela 3 - Evolução das pesquisas 1995/2014

RG	1995	1996	1997	2000	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	T.R
	CO	0	0	1	0	1	0	1	0	0	2	3	2	1	3	1	3	3
NE	0	1	1	0	1	0	0	3	3	3	6	3	2	3	3	4	2	35
NO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	2	1	1	1	1	11
SE	0	0	1	1	0	2	0	3	3	2	4	8	5	9	4	4	3	51
SU	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	3	2	1	1	7	3	0	20
T. A.	0	1	3	1	2	3	2	7	7	7	18	17	11	17	16	15	9	136

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras, 2015.

É interessante esclarecer que o número de pesquisas da tabela acima refere-se à localização regional das instituições que abrigaram os estudos, e não à localização das comunidades estudadas. Observa-se que na primeira década, 1995/2004, somando todas as pesquisas por região, localizamos apenas 12. Na região Nordeste, onde há a maior concentração de comunidades quilombolas do Brasil, não encontramos nenhum registro de pesquisa.

Na segunda década, 2005/2014, há, então, um aumento considerável no número de estudos, em todas as regiões, somando 124. É possível que o aumento de produções acadêmicas, neste período, esteja relacionado às diversas ações do Governo Federal, voltadas às comunidades quilombolas, sobretudo, a partir do segundo semestre de 2003, como já foi mencionado nas páginas precedentes.

Os dados apresentados na tabela 03 também desvelam a liderança das regiões Sudeste e Nordeste, na execução de pesquisas, com 51 e 35 pesquisas, respectivamente. A liderança destas regiões também foi identificada por revisões realizadas por outros pesquisadores, utilizando outros descritores e/ou outros métodos, quais sejam: Cardoso e Arruti (2011), Oliveira (2013) e Ferreira e Castilho (2014).

Possivelmente, a liderança dessas regiões esteja relacionada com o número de comunidades quilombolas que elas abrigam, pois, neste caso, as regiões Nordeste e Sudeste também sobressaem em termos de número de quilombos, com 1.656 e 351 comunidades quilombolas, respectivamente, como pode ser conferido na tabela 4, a seguir:

Tabela 4 - Comunidades quilombolas certificadas e ou reconhecidas, por região

	Região	CQs (Certidões)	Nº CQs (Comunidade)
1.	Norte	255	319
2.	Nordeste	1361	1656
3.	Centro Oeste	120	122
4.	Sudeste	304	351
5.	Sul	154	158
	Total	2.194	2606

Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades certificadas**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2015. Disponível em: < <http://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/QUADRO-GERAL.pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

Quanto ao número de pesquisas, o Sudeste figura em primeiro lugar, com 51; em termos de número de comunidades existentes na região, ele ocupa o segundo lugar, com 351 comunidades; já o Nordeste figura em primeiro lugar, em número de comunidades, com 1.656 e em segundo lugar em número de pesquisas, somando 35. Cabe ressaltar que o local da pesquisa tem por referência o local da instituição acolhedora do projeto e não exatamente das localidades pesquisadas.

É importante destacar que há invisibilidade de muitas comunidades quilombolas, nas pesquisas acadêmicas, em detrimento de outras. No caso do Mato Grosso, em termos de número de pesquisa ganha destaque a comunidade Mata-Cavalo e, no estado de São Paulo, o complexo quilombola Vale do Ribeira, e no estado de Goiás a de Kalunga.

O Sudeste e o Nordeste se destacam em quantidade de pesquisa, possivelmente por serem as regiões que possuem o maior número de instituições que oferecem cursos de mestrado e doutorado nessa área de educação. O Sudeste possui 18 instituições e o Nordeste 12. No entanto, se efetuarmos um cálculo de proporcionalidade, dividindo o número de pesquisas pelo número de instituições, veremos que a região Sudeste produz em quantidade inferior às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, como pode ser conferido na tabela 5, a seguir:

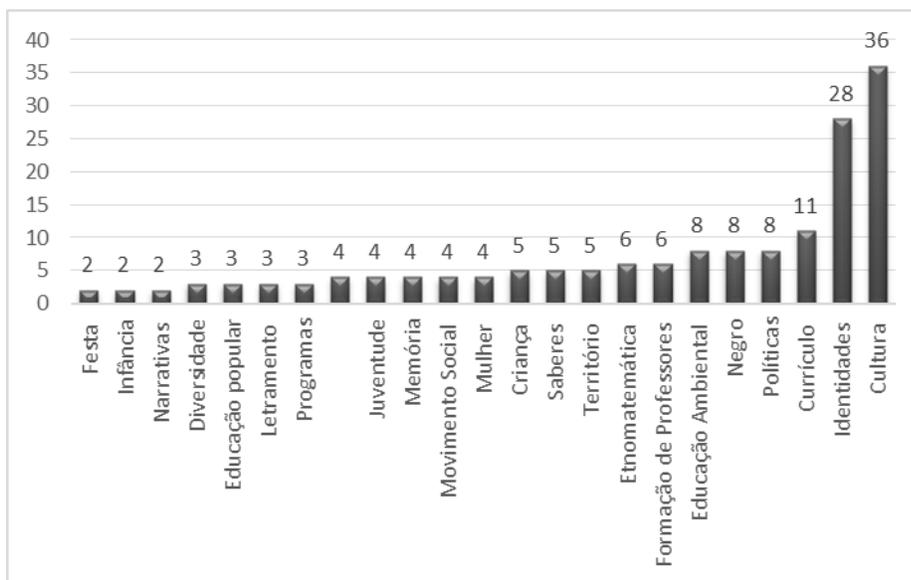
Tabela 5 - Comunidades quilombolas pesquisadas por região

Região	Instituições	Pesquisas	Proporção
Norte	3	11	3,66
Centro oeste	7	21	3
Nordeste	12	35	2,91
Sudeste	18	51	2,83
Sul	8	20	2,5

Fonte: Organizada pelas pesquisadoras, 2015.

Dentre as 136 pesquisas selecionadas na primeira fase desta revisão, as temáticas mais abordadas são cultura, 36; identidade, 28 e currículo, 11. No caso do Mato Grosso, a temática mais abordada é a Educação Ambiental, o que permite afirmar que ainda se faz necessário avançar na realização de pesquisas que abordem a Educação Escolar Quilombola. Veja outras temáticas estudadas, no gráfico que se segue:

Gráfico 1- Temáticas mais recorrentes: Teses e Dissertações – 1995/2015



Fonte: Organizada pelas pesquisadoras, 2015.

5 Pesquisas em educação escolar básica nas comunidades quilombolas

Nesta segunda fase da revisão, foram descartadas as pesquisas que tratam de educação não formal e de ensino superior, e incluídas a leitura das considerações finais de cada tese ou

dissertação. Foram, então, selecionados os estudos que versassem somente sobre educação escolar básica, desenvolvidos em comunidades quilombolas, com a intenção de conhecer: as comunidades pesquisadas; as principais temáticas abordadas e os principais resultados obtidos. No universo das 136 pesquisas, foram encontrados 32, sendo 6 teses de doutorado e 26 dissertações de mestrado. A distribuição regional e o número de estudos, assim como as comunidades estudadas, podem ser conferidos na tabela 6, a seguir:

Tabela 6 - Comunidades pesquisadas: local e quantidade

UF	Número de pesquisas	Número comunidades pesquisadas	Comunidades pesquisadas
AL	2	2	Muquém; Quilombo dos Palmares.
BA	8	8	MatINHADOS Pretos; Caonga; Engenho de Ponte; Araçá/Cariacá; Cabula; Mucambo; Peteca; Fojo.
PA	5	5	Caeté; Mola-Itapocu; Murumuru; Abacatal; São João do Médio Itucurá
RJ	2	5	Santa Rita do Bracuí; Campinho da Independência; Santana; Preto Fôrro; São José da Serra.
RS	1	1	Restinga Seca.
SP	4	5	Sapatú; Ivoporunduva; Nhunguara; André Lopes; Poça.
PE	1	1	Conceição das Criolas.
GO	1	1	Kalunga.
MG	4	4	Chacrinha dos Pretos; Lagoa Trindade; Vila Nova; Justa I.
MS	2	1	Furnas dos Dionísios.
MT	2	2	Vão Grande; Mato-Cavalo.
Total	32	35	

Fonte: Organizada pelas pesquisadoras, 2015.

A tabela 6 revela uma tendência, nos estados, a não se repetirem estudos, sobre a temática de educação, na mesma comunidade. Apenas em São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, houve uma comunidade que foi pesquisada duas vezes, tendo como tema central a Educação Escolar em território quilombola. É importante chamar a atenção para o fato de existirem 2194 comunidades certificadas pela Fundação Palmares, como demonstrado na tabela 02, e apenas 32 serem contempladas com pesquisa, sobre a educação escolar.

Os temas mais abordados entre os 32 estudos podem ser organizados, basicamente, em dois eixos: *educação e cultura* e *educação e identidade*. No que diz respeito ao primeiro eixo, sinteticamente, as pesquisas buscam compreender como/ou se a educação escolar leva em conta os repertórios culturais locais - saberes e fazeres comunitários - em suas propostas pedagógicas curriculares: entendidas como o projeto político pedagógico, o plano de ensino de professores e as práticas pedagógicas – apresentação do conteúdo e metodologias de ensino.

Em relação às pesquisas que integram o segundo eixo temático, *educação e identidade*, no geral, tem-se que objetivam compreender se, e (ou) como, a educação escolar da comunidade contribui no processo de construção e (ou) afirmação da identidade étnico-racial do aluno quilombola. O resgate da autoestima das crianças e dos jovens negros e o fortalecimento do sentimento de pertença, em termos territoriais, políticos e sociais à comunidade, são considerados, pelos estudos, como a meta principal que a educação escolar, praticada, em territórios quilombolas, deveria perseguir.

É importante mencionar que, mesmo nas pesquisas que têm como foco a educação e a identidade, por elas perpassa a discussão a respeito da importância da cultura local, pois a valorização desta é considerada como chave para que o quilombola valorize suas próprias identidades culturais – aqueles aspectos construídos no “pertencimento” (HALL, 2002).

Nesse sentido, são citados como importantes a valorização da etnomatemática para o ensino da matemática, as brincadeiras tradicionais, para os jogos e brincadeiras em sala de aula; as plantas medicinais locais para o estudo de botânica; a história oral, como estratégia para se estudar a história local; o jongo, os festejos e a religiosidade, como importantes diacríticos demarcadores da identidade quilombola, e espaços de aprendizagem que a escola deveria valorizar. A grande maioria dos estudos refere-se à importância de valorizar os saberes locais, nas propostas educacionais, sem, no entanto, mencionar quais são eles e explicitar como e porque seriam relevantes na composição do currículo e, extensivamente, indispensáveis para a formação dos alunos.

Outros temas abordados, neste recorte, são: relação escola e família, relação escola e trabalho, percepção de professores sobre as novas mídias, usos sociais da escrita, as causas do analfabetismo, contribuições da educação do campo para a educação quilombola, a representação simbólica do negro no espaço escolar e nos livros didáticos; os movimentos sociais e sua importância para o fortalecimento da educação escolar. Há outros que abordam as políticas

públicas para a educação quilombola, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e outros instrumentos normativos com intuito de compreender como ou se elas estão se efetivando no chão das escolas.

É importante observar que as primeiras pesquisas, abordando especificamente educação no quilombo, até onde nossas pesquisas puderam alcançar, tiveram início em 2005, período que coincide com a publicação da Lei 10.639/03, e com outras políticas públicas já mencionadas anteriormente. Possivelmente, essa é umas das razões pelas quais os estudos passaram a transitar mais nos eixos da cultura, identidade e história negra e afro-brasileira e suas implicações educacionais curriculares.

No que diz respeito aos resultados, estes podem ser assim sintetizados: a) as propostas pedagógicas das escolas não atendem às especificidades étnicas e culturais dos alunos e tendem a propagar um currículo monocultural e hegemônico, o que dificulta o processo de construção da identidade étnico-racial e a promoção da autoestima dos educandos; b) os materiais pedagógicos utilizados foram elaborados fora do contexto rural e quilombola; antes negam as identidades e culturas negras locais do que as afirmam; c) há dificuldade, por parte dos professores, em ministrar uma educação contextualizada e voltada para a afirmação cultural e identitária dos alunos por falta de formação inicial e ou continuada; faltam materiais didático-pedagógicos adequados e outras condições estruturais da escola.

As pesquisas dão conta ainda de que existem algumas iniciativas inovadoras, dispersas, em algumas escolas, nas ações isoladas de alguns professores, mas ainda são embrionárias e tímidas. É importante vincar que, no geral, os profissionais da educação que atuam nessas escolas demonstram desejo e preocupação com o ensino da história e da cultura local, com a afirmação identitária dos alunos, em contribuir para o rompimento do preconceito e racismo, seja na educação, seja na sociedade. Não conseguem, porém, transgredir o currículo oficial, imposto, por falta de subsídios teórico-metodológicos.

Dentre outras dificuldades enfrentadas pelas escolas, e extensivamente pela educação em territórios quilombolas, estão: falta de transporte para os alunos e ou condições de tráfego nas estradas e hidrovias precárias; falta de merenda escolar; falta de água encanada e potável; falta de energia elétrica; falta de instalações sanitárias; falta de estrutura física – a maior parte das escolas ainda é coberta de palha com paredes de barro, outras têm somente cobertura, sem paredes. Falta de mobília: quadros, carteiras, mesas do professor, armários, quadro negro ou branco. A grande

maioria das escolas organiza os alunos em salas multisseriadas, o que tem se mostrado ineficiente em termos de aproveitamento por parte dos alunos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, publicadas em 2013, acatando tais denúncias, instituíram que os municípios, os estados e união garantam que a educação quilombola assegure o direito de preservação e a valorização das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e a manutenção de sua diversidade étnica, suas manifestações culturais e a sustentabilidade de seu território; assegure que a alimentação e a infraestrutura das escolas sejam adequados à cultura local; que se promova formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos profissionais das escolas quilombolas, propiciando elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados (BRASIL, 2013, p. 426-427).

No entanto, como evidenciam os estudos, não há dúvida de que o Brasil avançou em termos de formulação de políticas públicas, e de outras legislações específicas para a educação quilombola. Nesse sentido, os movimentos sociais negros e quilombola podem comemorar. Mas a realidade que os estudos atuais trazede, que ainda há muito por fazer, para que tais políticas sejam concretizadas no chão da escola.

Os alunos quilombolas continuam sendo excluídos do direito de compartilhar um currículo escolar que considere suas lutas e abarque seus direitos à terra, ao território, à igualdade, às diferenças, às suas memórias, culturas e identidades étnicas. Além de que estão relegados a frequentar escolas, sem estrutura física adequada, e demais condições favorecedoras da construção do conhecimento; caminham longas distâncias a pé, ou em transportes precários, passam fome por falta de merenda escolar, em suma, lutam com forças super-humanas, na tentativa de obter êxito no processo de escolarização e, finalmente, poder “mudar de vida”. Mas, sabemos que tipo o de escolarização que lhes é oferecido está longe de concretizar esse sonho.

6 Considerações finais

Os dados da revisão sistemática revelam um crescimento significativo de produções acadêmicas sobre as Comunidades Quilombolas no Brasil, a partir de 2004, resultante de lutas dos movimentos negros e quilombolas e das diversas ações advindas do Governo Federal, tais como as legislações voltadas às comunidades negras rurais, sobretudo, a partir do segundo semestre de 2003.

Embora a quantidade de pesquisas tenha aumentado, ainda há muitas comunidades invisibilizadas e carentes da atenção da academia. Há, ainda, profundas lacunas a serem preenchidas com estudos interessados em conhecer as culturas quilombolas, levantar seus saberes e demonstrar a sua importância nos currículos escolares; faltam ainda estudos que abordem a relação da escola com as culturas da infância, a homossexualidade, as relações de gênero, os portadores das necessidades especiais e outras diversidades presentes em muitas escolas, entre outras possibilidades.

As pesquisas demonstram que, apesar dos avanços em termos de legislação, a educação quilombola vem acontecendo nas comunidades, considerando pouco ou quase nada das suas especificidades. Continua com suas características predominantemente excludentes, em que seus currículos se baseiam no modo de vida urbano, de classe média e “branca” (CASTILHO, 2011).

Nesse pressuposto, como diria Paulo Freire (1987), o tipo de educação escolar praticado nos territórios quilombolas tende a dicotomizar as pessoas e seus mundos; ao invés de formá-las criadoras ou recriadoras, as forma expectadores e portadores de uma consciência mecanicistamente compartimentada e passiva de se encher de realidades e conteúdos estranhos, dificultando aos aprendentes o pensar autêntico; o conhecimento do seu mundo, o pensamento crítico e a capacidade de intervenção em sua realidade.

No entendimento do autor acima citado, a educação transformadora, oportunizadora e promotora, do tipo que a comunidade e professores sonham, só pode ser concretizada com uma educação libertadora, cujos conteúdos tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com suas esperanças e com seus temores, na dialogicidade com os saberes mais universais, e em que os educadores tenham condições materiais e intelectuais disponíveis para realização de seus trabalhos.

Referências

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/viewfile/1220/906>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. Constituição Federal (1988). **Diário Oficial**, ano CXXVI, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOU_constituicao_88.pdf..pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. PARECER CNE/CEB n. 16/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL, INEP. **Censo escolar da educação básica 2013**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL. MEC, CNE - **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica – Câmara da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CARDOSO, Alainaldo Onofre. ARRUTI, José Mauricio Ondion. **A temática quilombola no banco de teses da Capes**: mapeamento preliminar. Rio de Janeiro: PUC, 2011. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDU-Alainaldo%20Cardoso.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo contemporâneo: educação, família e cultura**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE/CP. Resolução 1/2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

FERREIRA, Augusta Eulália; CASTILHO, Suely Dulce de. Reflexões sobre a educação escolar quilombola. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, n. 3, agosto 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11775>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades certificadas**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2015. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/QUADRO-GERAL.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. **Comunidades Quilombolas**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2015. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>. Acesso em: 11 ago. 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Suely Noronha de. **Diretrizes para a educação escolar quilombola: o caso da Bahia e contexto nacional**. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2013.

Suely Dulce de Castilho - Universidade Federal do Mato Grosso.
Cuiabá | MT | Brasil. Contato: castilho.suely@gmail.com

Francisca Barbosa de Andrade Carvalho - Universidade Federal de
Mato Grosso. Cuiabá | MT | Brasil. Contato:
edilzaandradetga@gmail.com.